



ASCOOB

SISAL

Relatório de Gestão 2018

www.sistemaascoob.com.br



COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL ASCOOB SISAL

CNPJ: 63.229.629/0001-28 - NIRE 29.400.017.193

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O Presidente da COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL ASCOOB Sisal, inscrita no CNPJ nº 63.229.629/0001-28, no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto Social, CONVOCA seus associados, que nesta data totalizam 34.335 (trinta e quatro mil, trezentos e trinta e cinco) em condições de votar, para conjuntamente, reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 01 de agosto de 2019, na Av. Manoel Novais, 485 – Centro Serrinha/BA, **CEP: 48.700-000**, por possuir melhor acomodação para um elevado número de associados, obedecendo aos seguintes horários e quóruns para sua instalação: em primeira convocação, às 8:00h (oito horas), com a presença de 2/3 (dois terços), do número de associados com direito a voto; em segunda convocação às 9:00h (nove horas), com a presença de metade dos associados com direito a voto; e em terceira e última convocação às 10:00h (dez horas), com a presença mínima de 10 (dez) associados, para deliberarem a seguinte ordem do dia:

ORDEM DO DIA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA:

1. Retificação da Prestação de Contas da Administração referente ao exercício de 2018, compreendendo o Relatório de Gestão, o Balanço Patrimonial, os Demonstrativos das Sobras ou Perdas apuradas, as Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis, o Parecer do Conselho Fiscal e de Auditoria Externa e demais peças contábeis, todos em relação a 31 de dezembro de 2018, apresentada na AGEO de 27 de abril de 2019;
2. Retificação da Destinação das sobras ou perdas apuradas no exercício de 2018, apresentada na AGEO de 27 de abril de 2019.

Observações:

As demonstrações contábeis retificadas de encerramento de exercício, acompanhadas do respectivo relatório de auditoria estarão disponíveis aos cooperados na sede da cooperativa a partir do dia 20/07/2019 na forma de boletim próprio sistêmico impresso e também em versão eletrônica no endereço www.sistemaascoob.com.br. Os demais relatórios resultantes da auditoria externa encontram-se mantidos à disposição dos associados que os demandarem na sede da Cooperativa.

Serrinha/BA, 17 de julho de 2019.


Antonio Claudio Oliveira Santiago
Diretor Presidente
ASCOOB Sisal



COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL ASCOOB SISAL
CNPJ: 63.229.629/0001-28
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO
EM REAIS

	31/12/2018	31/12/2017
ATIVO		
CIRCULANTE	39.309.328,43	43.878.902,15
Disponibilidades (Nota 4)	75.997,28	44.670,05
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (Nota 5)	18.134.323,42	14.504.314,35
Mantidos em Carteira Até o Vencimento	18.134.323,42	14.504.314,35
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (Nota 6)	6.254.007,65	3.949.956,99
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	751.032,56	127.801,45
Centralização Financeira - Cooperativas	5.502.975,09	3.822.155,54
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 7)	13.399.411,80	23.255.652,11
Setor Privado	15.417.431,64	25.571.056,47
(-) Provisão para Oper. de Crédito de Liq. Duvidosa	-2.018.019,84	-2.315.404,36
OUTROS CRÉDITOS (Nota 8)	905.588,28	506.491,55
Diversos	915.031,86	509.550,74
Duvidosa	-9.443,58	-3.059,19
OUTROS VALORES E BENS (Nota 9)	540.000,00	1.617.817,10
Outros Valores e Bens	2.545.218,88	1.657.817,10
(-) Provisão para Desvalorizações outros valores e bens	-2.005.218,88	-40.000,00
Despesas antecipadas	0,00	0,00
NÃO CIRCULANTE	10.228.019,63	1.028.438,29
Realizável a longo Prazo	8.865.721,02	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota7)	8.865.721,02	0,00
Setor Privado	8.865.721,02	0,00
PERMANENTE	1.362.298,61	1.028.438,29
INVESTIMENTOS (Nota 10)	826.702,54	562.421,64
Participações em Coligadas e Controladas	826.702,54	562.421,64
Participações em Cooperativas	826.702,54	562.421,64
IMOBILIZADO OPERACIONAL	535.596,07	466.016,65
Imóveis de Uso	137.494,90	137.494,90
Outras Imobilizações de Uso	1.084.957,82	913.865,18
(Depreciações Acumuladas)	-686.856,65	-585.343,43
TOTAL DO ATIVO	49.537.348,06	44.907.340,44

**BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO
EM MILHARES DE REAIS**

PASSIVO		
CIRCULANTE	44.436.520,82	39.211.086,15
DEPÓSITOS (Nota 11)	40.480.543,74	33.793.240,65
Depósitos à Vista	7.863.745,44	7.542.612,47
Depósitos a Prazo	32.616.798,30	26.250.628,18
Outros Depósitos	0,00	0,00
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (Nota 12)	88.974,99	17.356,21
Papéis	88.974,99	17.356,21
Repasses Interfinanceiros	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (Nota 13)	2.526.273,28	3.730.268,48
Empréstimos no País - Outras Instituições	2.526.273,28	3.730.268,48
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS (Nota 14)	18.484,69	4.690,14
Recursos em Trânsito de Terceiros	18.484,69	4.690,14
OUTRAS OBRIGAÇÕES	1.322.244,12	1.665.530,67
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	15.548,31	20.477,73
Sociais e Estatutárias	1.411,00	214.459,29
Fiscais e Previdenciárias	65.288,44	152.179,62
Diversas (Nota 15)	1.239.996,37	1.278.414,03
NÃO CIRCULANTE	468.897,84	0,00
PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	468.897,84	0,00
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO	468.897,84	0,00
Empréstimos no País - Outras Instituições	468.897,84	0,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 16)	4.631.929,40	5.696.254,29
Capital	7.950.162,00	7.403.629,00
De Domiciliados no País	7.950.162,00	7.403.629,00
Outras Reservas de Capital	960.000,00	1.200.000,00
Reservas Legal	1.855.665,01	1.855.665,01
Reservas para Contingências	251.406,77	51.406,77
Sobras ou Perdas Acumuladas	-6.385.304,38	-4.814.446,49
TOTAL DO PASSIVO	49.537.348,06	44.907.340,44



**DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
EM REAIS**

DISCRIMINAÇÃO	31/12/2018	31/12/2017
INGRESSOS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	8.887.500,63	8.961.477,28
- Operações de Crédito	8.195.070,44	8.275.754,25
- Resultado de Oper. Com Tít. e Valores Mobiliários	493.844,30	471.068,48
- Ingressos de Depósitos Intercooperativos	198.585,89	214.654,55
DISPÊNDIOS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	-5.302.073,81	-3.347.224,12
- Operações de Captação no Mercado	-1.682.290,83	-1.770.219,23
- Operações de Empréstimos e Repasses	-212.394,49	-228.070,68
- Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-3.407.388,49	-1.348.934,21
(10 - 15) RESULTADO BRUTO INTERM. FINANCEIRA	3.585.426,82	5.614.253,16
OUTROS INGRESSOS/DISPÊNDIOS	-4.810.571,67	-4.913.922,96
- Receita de Prestação de Serviços (Nota 17)	833.560,19	679.472,73
- Ingressos de Tarifas Bancárias	1.241.209,37	775.934,06
- Despesa de Pessoal (Nota 18)	-3.245.396,53	-2.763.416,89
- Despesas Administrativas (Nota 19)	-3.164.164,42	-2.699.678,44
- Depreciação	-104.513,72	-82.266,10
- Dispêndios Tributários	-110.342,27	-61.911,54
- Outras Receitas (Nota 20)	1.904.630,41	994.790,64
- Outras Despesas (Nota 21)	-2.165.554,70	-1.756.847,42
Resultado antes Trib. Sobre Lucros e Dest. Sociais	-1.225.144,85	700.330,20
Imposto de Renda (IRPJ) e Contrib. Social (CSLL)	0,00	-2.286,55
RESULTADO ANTES DESTINAÇÕES	-1.225.144,85	698.043,65
FATES - Atos Não Cooperativos	0,00	0,00
PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO (893)	0,00	-279.217,47
- Fundo de Reserva 30%	0,00	-209.413,10
- FATES 10%	0,00	-69.804,37
SOBRAS/PERDAS EXERCÍCIO	-1.225.144,85	418.826,18



**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
EM REAIS**

DEMONSTRATIVO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO 2018

MUTAÇÕES/CONTAS	Capital Social	Reserva Capital	Reserva Legal	Fundo de Contingência	Fundo de Expansão	Sobras a Disposição AGO	TOTAL
Saldo Exercício Anterior	7.403.629,00	1.200.000,00	1.855.665,01	51.406,77	0,00	-4.814.446,49	5.696.254,29
1. Destinação Sobras Anteriores ou perdas rateadas	0,00	0,00	0,00	200.000,00	148.810,40	-345.713,04	3.097,36
2. Integralização de Capital	741.836,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	741.836,00
3. Baixas de Capital	-195.303,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-195.303,00
4. Sobras ou perdas do exercício (Nota 16)	0,00	-240.000,00	0,00	0,00	0,00	-1.225.144,85	-1.465.144,85
5. Destinações para reservas (Nota 16)	0,00	0,00	0,00	0,00	-148.810,40	0,00	-148.810,40
6. Destinações Fates (Nota 16)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo Exercício Atual	7.950.162,00	960.000,00	1.855.665,01	251.406,77	0,00	-6.385.304,38	4.631.929,40

DEMONSTRATIVO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO 2017

MUTAÇÕES/CONTAS	Capital Social	Reserva Capital	Reserva Legal	Fundo de Contingência	Fundo de Expansão	Sobras a Disposição AGO	TOTAL
Saldo Exercício Anterior	4.707.471,00	0,00	1.186.436,36	0,00	0,00	371.051,06	6.264.958,42
1. Destinação Sobras Anteriores ou perdas rateadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-100.808,46	-100.808,46
2. Processo de Incorporação 2017	2.221.719,00		459.815,55	51.406,77	0,00	-5.338.861,33	-2.605.920,01
3. Integralização de Capital	633.147,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	633.147,00
4. Baixas de Capital	-158.708,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-158.708,00
5. Sobras ou perdas do exercício (Nota 16)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	698.043,65	698.043,65
6. Destinações para reservas (Nota 16)	0,00	1.200.000,00	209.413,10	0,00	0,00	-209.413,10	1.200.000,00
7. Destinações Fates (Nota 16)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-234.458,31	-234.458,31
Saldo Exercício Atual	7.403.629,00	1.200.000,00	1.855.665,01	51.406,77	0,00	-4.814.446,49	5.696.254,29



DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO EM REAIS

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	Atual	Anterior
Sobras Perdas liquidas antes do IR e CSLL	-1.225.145	697.996,65
Contas resultado Credora	12.881.691	11.514.403,74
Contas resultado Devedoras	-14.106.836	-10.814.120,54
Apuracao Resultado (IR CSLL)	0	-2.286,55
Ajustes as sobras/perdas liquidas	-310.811	1.691.176,20
Despesas de depreciacao e amortizacao	137.614	287.398,06
Despesas de amortização	0	0,00
Despesas de Depreciação	137.614	287.398,06
Outros Ajustes	-448.425	1.403.778,14
Apuração de Resultados (Participações)	0	0,00
Destinações dos resultados fundo reserva e FATES	-448.425	1.403.778,14
Variações Patrimoniais (afetam o resultado/receitas e despesas)	1.643.041	521.352,37
Operações de Crédito	990.519	-3.641.131,69
Operações de Crédito	990.519	-3.641.131,69
Outros Creditos	-399.097	-369.473,32
Outros Creditos	-399.097	-369.473,32
Outros Valores e Bens	1.077.817	-1.347.817,10
Outros Valores e Bens	1.077.817	-1.347.817,10
Depósitos	6.687.303	10.231.693,57
Depósitos	6.687.303	10.231.693,57
Relações Interfinanceiras/Interdependenciais	-5.848.646	-6.238.710,93
Relações Interfinanceiras	-5.848.646	-6.238.710,93
Obrigacoes por empréstimos e repasses	-735.097	906.963,21
Empréstimos no pais outras instituicoes	-735.097	906.963,21
Outras obrigações	-129.758	979.828,63
Outras obrigações	-129.758	979.828,63
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	107.085	2.910.525,22

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	Atual	Anterior
Aquisicoes de investimentos	-264.281	-143.660,57
Aquisições de imobilizado de uso	-171.993	-341.511,88
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-436.274	-485.172,45

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	Atual	Anterior
Variações patrimoniais		
Aumento/(redução) de capital	546.533	2.696.158,00
Aumento/(redução) de capital	546.533	2.696.158,00
Reservas de lucro	215.309	720.635,42
Reservas de lucro	215.309	720.635,42
Sobras ou perdas acumuladas	-366.125	-5.935.632,90
Destinação das sobras relativas ao exercício anterior	-366.125	-5.935.632,90
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	395.717	-2.518.839,48

MOVIMENTAÇÃO DE CAIXA	Atual	Anterior
Aumento líquido de caixa e de equivalentes de caixa	31.327	-70.276,97
Caixa e equivalentes de caixa no inicio do período	44.670	114.947,02
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	75.997	44.670,05



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 EM REAIS

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito Rural ASCOOB Sisal. – É uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, sociedade de pessoas de natureza civil, sem fins lucrativos e não sujeita a falência. ASCOOB Sisal foi credenciada pelo Banco Central do Brasil a integrar o Sistema Financeiro Nacional através da Carta Patente n. 7234924/91 de 14/01/1992. Está autorizada a operar em Crédito Rural, sendo integrante do Sistema Nacional de Crédito Rural. Iniciou suas atividades em 16/03/1992, sendo seu atual endereço à Av. Manoel Novaes, 485 Centro Serrinha - BA.

Tem como atividade preponderante operar na área creditícia, tendo como finalidade proporcionar através de mutualidade, assistência financeira aos associados, na formação educacional dos mesmos, no sentido de fomentar o cooperativismo, através de ajuda mútua, da economia sistemática e do uso adequado do crédito.

A ASCOOB SISAL, em conjunto com outras cooperativas, é filiada à Cooperativa Central de Crédito da Agricultura Familiar e Economia Solidária – ASCOOB CENTRAL, que representa o grupo formado por suas filiadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e Cooperativas privadas.

A ASCOOB CENTRAL tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômicos financeiros e assistências de interesse das filiadas, integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinentes e normas expedidas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços para consecução de seus objetivos.

A ASCOOB SISAL possui Postos de Atendimento Cooperativo – PAC nas localidades de Serrinha, Ichú, Barrocas, Salgadália, Biritinga, Cidade Nova, Lamarão, Valença, Ituberá, Taperoá, Igrapiúna e Conceição do Coité.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas, e estão sendo apresentadas, na forma da legislação societária e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, especificamente aquelas aplicáveis às entidades cooperativas, as disposições das Leis nº 4.595/1964 e 5.764/1971, associadas



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 EM REAIS

às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), Banco Central do Brasil (BACEN) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Foram adotados os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC homologados pelos órgãos reguladores relacionados ao processo de convergência contábil internacional que não conflitaram com a regulamentação do CMN e BACEN, quais sejam:

- CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro - homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12.
- CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08.
- CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08. Não afetou as demonstrações financeiras da cooperativa.
- CPC 05 (R1) - Divulgação de Partes Relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09.
- CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11.
- CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11.
- CPC 24 - Evento Subsequente - homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11.
- CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09.
- CPC 33 - Benefícios a Empregados CMN nº 4424/15.
- Pronunciamento Conceitual Básico (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e divulgação de Relatório Contábil-Financeiro - homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12.

A divulgação dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 13 de fevereiro de 2019

NOTA 3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras estão apresentadas a seguir:

(a) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e as despesas devam ser incluídas na apuração do resultado do período em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 EM REAIS

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentados em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e as despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no modelo exponencial.

De acordo com a Lei nº 5.764/1971, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos sociais e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social (CSLL) quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL limitados a 32% do lucro tributável.

Em 31 de dezembro de 2018, a Cooperativa não apresentou base tributável com receita ou custo referentes à atos não cooperativos.

(b) Disponibilidades

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor.

(c) Títulos e valores mobiliários

Refere-se a aplicação em quotas de fundos de renda fixa, as quais são registradas pelo seu valor justo na data de fechamento.

(d) Instrumentos financeiros derivativos

A Cooperativa não possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017.

(e) Relações interfinanceiras - centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa, não investidos em suas atividades são centralizados através de repasse interfinanceiro para a ASCOOB CENTRAL, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras de baixo risco. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos pela Lei nº 5.764/71, que define a



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 EM REAIS

política nacional de cooperativismo.

(f) Operações de crédito

As operações prefixadas foram registradas pelo valor futuro, retificadas pela conta de rendas a apropriar, e as operações pós-fixadas, pelo valor presente, atualizadas *pro rata temporis* até a data do balanço.

(g) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD)

Constituída em montante julgado suficiente pela administração para cobrir eventuais perdas na realização de créditos a receber, leva em consideração a análise das operações em aberto, das garantias existentes e dos riscos específicos apresentados na carteira, e fundamentada na análise das operações, considerando a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras.

Em conformidade com a Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional (CMN), a Cooperativa classificou as operações de crédito considerando o risco individual de cada devedor. A classificação considerou a qualidade do devedor e da operação, incluindo aspectos como: fluxo de caixa, situação econômico-financeira do devedor e setor, grau de endividamento, administração, histórico do devedor, garantias, eventuais atrasos, entre outros.

A administração classifica os devedores em nove níveis, sendo "AA" o risco mínimo e "H" o risco máximo. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso estabelecidos pela referida Resolução para atribuição dos níveis de classificação dos clientes, da seguinte forma:

<u>Período de atraso</u>	<u>Classificação do cliente</u>
A vencer	AA
Até 15 dias	A
De 15 a 30 dias	B
De 31 a 60 dias	C
De 61 a 90 dias	D
De 91 a 120 dias	E
De 121 a 150 dias	F
De 151 a 180 dias	G
Superior a 180 dias	H

A atualização das operações de crédito vencidas em até 59 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 60º dia, em rendas a apropriar. As



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 EM REAIS

operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

(h) Permanente

Os investimentos estão demonstrados ao custo de aquisição.

O imobilizado de uso está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

Os percentuais de depreciação estão abaixo listados:

Imóveis e edificações	4% a.a.
Instalações, móveis e equipamentos e sistemas de segurança	10% a.a.
Sistema de processamento de dados e comunicação	20% a.a.
Veículos	10% a.a.

(i) Demais ativos circulantes e não circulantes

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias *pro rata* dia incorridos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

(j) Redução ao valor recuperável de ativo

O Conselho Monetário Nacional, por meio da Resolução nº 3.566 de 29 de maio de 2008, determinou a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 01, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, referente ao reconhecimento, mensuração e divulgação de redução ao valor recuperável de ativos não financeiros. O referido pronunciamento institui o teste de recuperabilidade de ativos, cujo objetivo é assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda. Caso existam evidências claras de que ativos estão avaliados por valor não recuperável no futuro, a entidade deverá imediatamente reconhecer a desvalorização por meio da constituição de provisão para perdas.

O imobilizado e outros ativos não circulantes, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço



**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
EM REAIS**

líquido de venda e o valor em uso de um ativo. A administração não identificou evidências de perdas não recuperáveis em 31 de dezembro de 2018.

(k) Depósitos

O valor apresentado nas demonstrações financeiras está acrescido dos juros incorridos até a data de encerramento do exercício, através da aplicação mensal das taxas contratadas para as operações.

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia. Os depósitos a prazo estão classificados no balanço patrimonial considerando sua exigibilidade.

(l) Obrigações por empréstimos e repasses

Registradas de acordo com os recursos tomados, sendo atualizados mensalmente de acordo com os juros incorridos no período e liquidações que possam ter ocorrido.

(m) Provisão para causas judiciais

Composto basicamente por processos judiciais e administrativos, movidos por terceiros e ex-colaboradores, em ações cíveis e trabalhistas. Essas causas judiciais são avaliadas mensalmente por assessores legais e provisionadas quando o risco de perda é considerado provável.

(n) Demais passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base *pro rata* dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

NOTA 4 – DISPONIBILIDADES

Esta composta pelo saldo da conta de Caixa (Tesouraria), abaixo descritos:

Descrição	31.12.2018	31.12.2017
Caixa Tesouraria	75.997,28	44.670,05
Total	75.997,28	44.670,05

Na determinação da composição dos itens de caixa e equivalentes de caixa foram



**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
EM REAIS**

considerados os seguintes critérios para classificação dos ativos:

- (a) Ter como finalidade atender a compromissos de curto prazo.
- (b) Possuir conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa.
- (c) Estar exposto a reduzido risco de mudança de valor.
- (d) Ter prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aquisição.

NOTA 5 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, as aplicações em títulos e valores mobiliários da ASCOOB Sisal estavam assim compostas:

a) Composição dos Títulos e Valores Mobiliários

Banco / Modalidade	31.12.2018	31.12.2017
Cotas de Fundo de Investimento - BB	18.134.323,42	14.504.314,35
Total	18.134.323,42	14.504.314,35

Refere-se à aplicação em quotas de fundo de Curto Prazo, as quais são registradas pelo valor da cota informado pelos administradores dos fundos investidos, Banco do Brasil, na data do Fechamento, que por sua vez investem 100% do seu patrimônio líquido em cotas – BB Automático Empresa.

A remuneração média da Centralização Financeira no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi de 39,99 % do CDI. (2017 – 60,25 % do CDI) sendo sua liquidez é imediata. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a receita apresentada foi de R\$ 493.844,30 , (2017 - R\$ 471.068,48), registrada na rubrica Rendas com Título e Valores Mobiliários na demonstração de sobras ou perdas.

b) Composição das carteiras dos fundos

Descrição da carteira	Percentual
Fundo de Investimento - BB Automático Empresa	100,00
Operações Comp. lastreadas em títulos públicos Federais	96,00
Títulos Públicos Federais	4,00
Outras Ações	0,00



**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
EM REAIS**

NOTA 6 - RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

Banco / Modalidade	31.12.2018	31.12.2017
Cheques e Outros Papeis a Devolver(1)	114.416,18	127.801,45
Cheques e Outros Papeis a Remeter(2)	636.616,38	-
Centralização Financeira - Ascoob Central	3.724.880,10	3.149.595,57
Centralização Financeira – SPB	1.778.094,99	672.559,97
Total	6.254.007,65	3.949.956,99

(1) Valor referente a cheques enviados ao sistema de compensação do Banco do Brasil ainda em processamento;

(2) Alívio Coban a compensar.

A remuneração média da Centralização Financeira Ascoob Central no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi de 80% do CDI (2017 – 80% do CDI). A remuneração média da Centralização Financeira SPB no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi de da 97,45% do CDI (2017 – 97,82% do CDI). No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a receita apresentada foi de R\$ 198.585,89 (2017 - R\$ 214.654,55), registrada na rubrica receita de intermediação financeira - Depósitos intercooperativos, na demonstração de sobras ou perdas.

NOTA 7 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Composição da carteira de Operações de Crédito:

b)

Operações de Crédito Modalidade	Circulante	Não Circulante	31.12.2018	31.12.2017
			Total	Total
Adiantamento a depositantes	28.942,60	-	28.942,60	394.609,02
Empréstimos	8.455.654,78	5.779.497,65	14.235.152,43	14.008.024,77
Direitos Creditórios Descontados	533.322,20	3.900,61	537.222,81	430.959,90
Financiamentos	6.206.291,17	3.082.322,76	9.288.613,93	10.409.130,45
Financiamentos Rurais	193.220,89	-	193.220,89	328.332,33
Saldo da Carteira	15.417.431,64	8.865.721,02	24.283.152,66	25.571.056,47
(-) Provisão	-	-	(2.018.019,84)	(2.315.404,36)
Operações de Crédito	-	-	22.265.132,82	23.255.652,11

A remuneração média no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 das operações de recursos próprios e repasses são de 33,75% ao ano, proporcionando



**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
EM REAIS**

uma receita de R\$ 8.195.070,44 (2017 - R\$ 8.275.754,25, com remuneração média de 32,36%), registrado na rubrica operações de crédito das demonstrações de sobras ou perdas.

c) Composição da Carteira de Crédito por Nível de Risco:

Risco	%	Composição 31.12.2018	Provisões 31.12.2018	Composição 31.12.2017	Provisões 31.12.2017
A	0,5	17.086.587,70	85.433,14	18.197.063,80	90.985,32
B	1	2.246.698,13	22.466,98	1.454.511,09	14.545,11
C	3	1.763.899,83	52.916,99	2.066.578,72	61.997,36
D	10	922.311,43	92.231,14	726.497,95	72.649,80
E	30	413.881,72	124.164,52	690.213,30	207.063,99
F	50	537.209,03	268.604,52	834.678,63	417.339,32
G	70	397.416,67	278.191,67	503.165,13	352.215,59
H	100	915.148,15	915.148,15	1.098.347,85	1.098.347,85
Totais		24.283.152,66	1.839.157,11	25.571.056,47	2.315.144,34

Em cumprimento ao ofício número 6737/2019-BCB/Desuc, do Brasil Central, foi realizada provisão adicional de R\$ 180.324,14 (cento e oitenta mil trezentos e vinte e quatro reais e quatorze centavos).

d) Créditos Baixados como Prejuízo (Baixados e Recuperados)

Em conformidade com a Resolução no 2.682/99 (CMN), artigo 11, III, os montantes de operações renegociadas, lançadas contra prejuízo e recuperadas de prejuízo estão assim compostos:

Descrição	31.12.2018	31.12.2017
Saldo Inicial 31.12.2017	8.547.147,47	2.293.265,92
Valores Transferidos para Prejuízo no Período	5.985.506,41	9.852.109,15
Valores Recuperados no Período	(5.663.136,56)	(3.598.227,60)
Total em 31.12.2018	8.869.517,32	8.547.147,47

NOTA 8 - OUTROS CRÉDITOS

Os valores registrados nesta conta referem-se a importâncias cuja escrituração não existe contas específicas e são controladas analiticamente, conforme quadro abaixo:



**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
EM REAIS**

Descrição	31.12.2018	31.12.2017
Rendas de Convênios a Receber(COBAN)(1)	35.567,25	39.877,40
Adiantamento de Férias	23.093,28	15.583,16
Adiantamento a Fornecedores(2)	16.090,00	-
Adiantamento por conta de Imobilizações	7.500,00	-
Títulos e Créditos a Receber(3)	657.958,74	228.094,93
Devedores Diversos – Pais(4)	174.822,59	225.995,25
(-) Provisão para Outros Créditos(5)	(9.443,58)	(3.059,19)
Total	905.588,28	506.491,55

(1)-Crédito a Receber do B. do Brasil Referente ao COBAN (Correspondente Bancário).

(2) - Adiantamento aquisição de Máquinas Cartão Cabal

(3)-Concessão de Crédito Cartão Cabal;

(4)-Pendências Operacionais a solucionar;

(5)-Provisão Cartão de Crédito Cabal.

NOTA 9 – OUTROS VALORES E BENS

9.1 - Bens não de uso próprio:

Descrição	31.12.2018	31.12.2017
Imóveis(1)	2.163.332,88	1.397.931,10
Veículos e Afins(2)	381.886,00	259.886,00
(-) Provisão Para Desvalorização(3)	(2.005.218,88)	(40.000,00)
Total	540.000,00	1.617.817,10

(1)- Imóveis correspondentes à terrenos e prédios recebidos em dação para liquidação de dívida de diversos sócios conforme detalhes na composição contábil de 2018.

(2)- Saldo de diversos veículos recebidos em dação para liquidação de dívida de diversos sócios conforme detalhes na composição contábil de 2018.

(3)– Provisão para cobertura de possíveis desvalorizações de bens recebidos em dação de pagamento.

NOTA 10 - INVESTIMENTO

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos as depreciações acumuladas. As depreciações são calculadas pelo método de cotas constantes e está conforme abaixo:



**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
EM REAIS**

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Cotas na ASCOOB Central	826.702,54	562.421,64
Total	826.702,54	562.421,64

Participação, em 2018, referente a 36,21% (2017 – 36,15%) do capital social da ASCOOB CENTRAL.

NOTA 11 - DEPÓSITOS

Depósitos à vista - correspondem aos numerários de livre movimentação contidos nas contas correntes dos associados, os quais não são remunerados.

Depósitos à prazo - são os valores contidos em conta de aplicação financeira dos associados os quais são remunerados mensalmente conforme a política de captação da ASCOOB Sisal.

Descrição	31.12.2018	31.12.2017
Depósitos à Vista	7.863.745,44	7.542.612,47
Depósitos à Prazo	32.616.798,30	26.250.628,18
Total	40.480.543,74	33.793.240,65

As despesas com captação do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram de R\$ 1.682.290,83 e o percentual médio de remuneração foi de 5,16% (2017 - R\$ 1.770.219,23 o percentual médio de remuneração foi de 6,74%), registrada na rubrica “Despesas de Intermediação Financeira – Operações de captação no mercado” na Demonstração de sobras ou perdas.

NOTA 12 - RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

Descrição	31.12.2018	31.12.2017
Outros Sistema de Liquidação(1)	88.974,99	17.356,21
Total	88.974,99	17.356,21

(1) Cheques Descontados a Liquidar.

NOTA 13 - OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Descrição	Circulante	Não Circulante	31.12.2018	31.12.2017
			Total	Total
Outras Instituições (COGEFUR)	428.766,78	468.897,84	897.664,62	951.662,89
Empréstimo Desenhahia	2.097.506,50	-	2.097.506,50	2.778.605,59
Total	2.526.273,28	468.897,84	2.995.171,12	3.730.268,48



**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
EM REAIS**

Os valores captados junto a outras instituições e órgãos oficiais escrituram-se segundo a natureza das operações, com vencimento até dezembro de 2026. Os encargos financeiros são calculados pro rata, tomando-se por base juros que variam de 0,98% a 14,04% ao ano, incidentes sobre o saldo devedor. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a taxa média dos encargos referente aos empréstimos tomados foi 6,87% ao ano (2017 – 7,44% ao ano), representando uma despesa em 2018 de R\$ 212.394,49 (2017 - R\$ 228.070,68), lançada na rubrica “Despesas de intermediação financeira - operações de empréstimos e repasses” na demonstração de sobras ou perdas.

NOTA 14 - RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIA

Descrição	31.12.2018	31.12.2017
Coban - convênio(1)	2.517,16	-
Recebimentos em transito de terceiros (2)	15.967,53	4.690,14
Total	18.484,69	4.690,14

(1)-Recebimento de Títulos via coban a ser compensados;

(2)-Recebimento de Compras Cartão Cabal e Recarga de Celular a Faturar.

NOTA 15 - OUTRAS OBRIGAÇÕES – DIVERSAS

Provisões Para Pagamentos a Efetuar	31.12.2018	31.12.2017
Fornecedores(1)	72,10	-
Outras Obrigações	-	25.000,00
Salários e Vencimentos- Convênios(2)	2.106,66	1.122,28
Férias a Pagar	179.127,26	179.650,22
Provisão Para Contingências	-	490.000,00
Credores Diversos País(3)	7.980,84	-
Sobras de Caixa a Regularizar	250,00	-
Fundo Rotativo	-	38.974,47
Pendências B. do Brasil	-	2.244,81
Seguro Prestamistas a Repassar	381.894,98	308.426,53
Cartão Cabal - Compras	668.564,53	232.995,72
Total Geral	1.239.996,37	1.278.414,03

(1)-Pagamentos não Compensados.

(2)-Resíduo de Convênio com terceiros para pagamento de salários.

(3)-Pendências Operacionais a Regularizar



**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
EM REAIS**

NOTA 16 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) - CAPITAL SOCIAL

O Capital Social está composto pela participação de 28.449 associados, (2017 – 25.273 associados), representando o valor total de R\$ 7.950.162,00, (2017 – R\$ 7.403.629).

(b) – RESERVAS

O fundo de reserva das cooperativas de crédito é constituído de acordo com o artigo 28, inciso I, da Lei no 5.764, de 16 de dezembro de 1.971, e é destinado a compensar perdas e a atender ao desenvolvimento de suas atividades. Deve ser constituído com 10%, pelo menos das sobras líquidas apuradas no exercício, podendo ser aumentado se deliberado por Assembleia Geral Extraordinária e homologado por meio de Estatuto Social. Para a ASCOOB Sisal, o percentual utilizado é de 30% (2017 - 30%), das sobras líquidas apuradas no exercício social findo em 31 de dezembro de cada ano, conforme Estatuto Social.

(c) FATES

De acordo com artigo 28, inciso I, da Lei no 5.764, de 16 de dezembro de 1971, as cooperativas de crédito estão obrigadas a constituir o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES), destinado à prestação de assistência aos associados, seus familiares e, quando previsto nos estatutos, aos empregados da Cooperativa, constituído de 5%, pelo menos das sobras líquidas apuradas no exercício, podendo ser aumentado se deliberado por Assembleia Geral Extraordinária e homologado por meio de Estatuto Social. Para a ASCOOB Sisal, o percentual utilizado é de 10% (2017 - 10%) das sobras líquidas apuradas no exercício social findo em 31 de dezembro de cada ano, conforme Estatuto Social.

(d) - SOBRAS OU PERDAS NO PERÍODO

As perdas no período foram de R\$(1.225.144,85) , (um milhão duzentos e vinte e cinco mil cento e quarenta e quatro reais e oitenta e cinco centavos), onde R\$ (300.217,57) foram perdas do primeiro semestre e R\$ (924.927,28) (novecentos e vinte e quatro mil novecentos e vinte e sete reais e vinte e oito centavos), foram perdas do segundo semestre:

Descrição	Percentual	Valor – R\$
FATES - Atos não Cooperativos	-	0,00
FATES	10%	0,00
Reserva Legal	30%	0,00
1. Total das Destinações =>		0,00
2. Perdas do Exercício =>		(1.225.144,85)
3. Saldo de anos anteriores =>		(5.160.159,53)
Perdas totais à disposição da AGO =>		(6.385.304,38)



**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
EM REAIS**

NOTA 17 - RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Descrição	31.12.2018	31.12.2017
Rendas de Cobrança	87.471,50	74.885,61
Rendas de Pacotes de Serviços	425.110,67	355.872,08
Rendas de Outros Serviços(1)	320.978,02	248.715,04
Total	833.560,19	679.472,73

(1) - A composição das Rendas de Outros Serviços de R\$ 320.978,02, fica assim evidenciada: R\$ 28.993,31 refere-se a Rendas com Outras Tarifas de Serviços, R\$ 149.531,94 de Rendas com Boleto de Cobrança, R\$ 20.982,65 de rendas com atualização de cadastro, R\$ 79.928,99 de Rendas de Seguros a Associados, R\$ 41.541,13 refere-se a Rendas com Cartão de Crédito.

NOTA 18 - DESPESAS DE PESSOAL

Descrição	31.12.2018	31.12.2017
Proventos	1.723.387,43	1.481.561,91
Encargos Sociais	643.410,87	565.455,76
Honorários da Diretoria e Cédulas de Presença	476.767,06	424.301,68
Benefícios	367.677,39	284.001,85
Treinamento	34.153,78	8.095,69
Total	3.245.396,53	2.763.416,89

NOTA 19 - DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Descrição	31.12.2018	31.12.2017
Água, energia e gás	116.321,49	86.748,36
Aluguéis	271.396,40	229.251,66
Comunicações	265.440,23	209.864,58
Manutenção e Conservação	98.891,82	112.260,36
Material	51.974,24	72.466,45
Processamento de Dados	188.645,47	414.806,72
Promoções e Relações Públicas	26.241,00	38.140,62
Publicações	112.176,31	74.483,83
Seguros	10.739,52	6.640,45
Serviços do Sistema Financeiro	631.673,43	441.388,18
Serviços de Terceiros	802.971,35	548.250,74
Serviços de Vigilância e Segurança	127.424,00	71.739,00
Serviços Técnicos Especializados	50.909,74	39.477,98
Transportes	84.254,80	75.337,96
Viagens	28.270,94	37.739,74
Outras Despesas Administrativas(1)	296.833,68	241.081,81
Total	3.164.164,42	2.699.678,44



**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
EM REAIS**

(1) - O total de R\$ 296.833,68 de Outras Despesas Administrativas refere-se a R\$ 348,86 de Despesa com Estadia e Transporte Conselho Fiscal, R\$ 5.433,10 de Despesas de Alimentação Conselho de Administração, R\$ 4.603,60 de Despesas com Estadia e Transporte de Agentes de Crédito, R\$ 556,34 de Despesas com Assembleias Gerais, R\$ 3.987,00 de Despesas com Exame Médico Ocupacional, R\$ 71,94 de Despesas com Juros e Multas, R\$ 150.651,40 de Despesas de Consulta SPC/Serasa, R\$ 8.641,95 de Despesas com Cartório, R\$ 13.204,16 Despesas com Treinamento, R\$ 90.444,16 Despesas com Custas Judiciais, R\$ 410,00 Despesas com Uniformes e Vestuário e R\$ 18.481,17 de Outras Despesas Administrativas.

NOTA 20 - OUTRAS RECEITAS

Descrição	31.12.2018	31.12.2017
Recuperação de Créditos Baixados a Prejuízo	1.785.588,24	858.062,66
Recuperação de encargos e despesas	-	12.785,90
Outras Receitas Operacionais(1)	112.998,57	78.325,38
Outras Receitas não Operacionais(2)	6.043,60	45.616,70
Total	1.904.630,41	994.790,64

(1) - O total de R\$ 112.998,57 de Outras Receitas Operacionais, refere-se a R\$ 112.373,48 de Outras Rendas Operacionais (tarifas de alterações de empréstimos, ressarcimento de custas com alienação e regularização de pendências operacionais) e R\$ 625,09 de Rendas com Recargas a Associados;

(2) - O total de R\$ 6.043,60 de Outras Receitas não Operacionais, refere-se a Ganhos de Capital - sobras de caixa.

NOTA 21 - OUTRAS DESPESAS

Descrição	31.12.2018	31.12.2017
Desp. com ISSQN	3,00	4,00
Desp. Pis Pasep s/ Faturamento	2.072,20	2.332,98
Desp. Desc. Conc. Renegociações	974.329,06	806.580,66
Desp. de Atualização de Impostos	216,92	1.754,10
Outras Despesas Operacionais(1)	1.161.641,71	933.865,94
Outras Despesas não Operacionais(2)	27.291,81	12.309,74
Sub-Total	2.165.554,70	1.756.847,42

(1) - O total de R\$ 1.161.641,71 de Outras Despesas Operacionais, refere-se a R\$ 246.462,34 de Outras Despesas Operacionais-(perdas por divergências de conciliações, ano de 2015), R\$ 200.392,80 de Despesas com Fundo Sistêmico, R\$ 4.902,43 de Despesas com bens de uso durável, R\$ 1.788,70 de Despesas com Mensalidades, R\$ 62.864,42 de Despesas com Consultas SPC/Serasa, R\$ 1.379,73 de Despesas com serviço Bacen, R\$ 43.996,44 de Despesas de Copa e Cozinha, R\$



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 EM REAIS

424.154,98 Rateio de Custos Confederação, R\$18.734,68 de Despesas com Internet Banking, R\$ 56.492,65 de Despesas Cartão Cabal, R\$ 5.413,77 de Despesas de Multas Inedutíveis, R\$ 10.830,33 de Despesas com Fraudes Externas (clonagem de cheques), R\$ 2.750,00 de Despesas com Antivírus e R\$ 81.478,44 de Despesas com DOC/TED;

(2) - O total de R\$ 27.291,81 de Outras Despesas não Operacionais, refere-se a R\$ 139,10 de Outras Despesas não Operacionais, R\$ 26.500,00 de Perdas de Capital - Bens não de Uso, R\$ 652,71 de Perdas de Capital - Falta de caixa.

NOTA 22 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e à prazo) e Operações de Crédito mantidas na Cooperativa por seus administradores (diretores e conselheiros), assim como a remuneração recebida pelo pessoal-chave da administração, isto é, pessoas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa, inclusive diretores e executivos da mesma.

Incluem-se na remuneração todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela Cooperativa ao pessoal-chave da administração, em troca dos serviços que lhe são prestados.

As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Descrição	31.12.2018	31.12.2017
Depósitos à vista Pessoas físicas	26.459,49	33.185,17
Depósitos à prazo Pessoas físicas	200.149,39	65.684,73
Operações de Crédito	141.477,81	118.351,64
Remuneração de empregados e administradores - pessoas-chave	476.767,06	424.301,68

Os saldos mantidos com a parte relacionada CENTRAL Ascoob são:

Descrição	31.12.2018	31.12.2017
Centralização Financeira – cooperativas	5.502.975,09	3.822.155,54
Remuneração da Centralização Financeira	198.585,89	214.654,55

NOTA 23 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN no 4.192, de 1º de março



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 EM REAIS

de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites Operacionais	31.12.2018	31.12.2017
Patrimônio de Referência (PR)	5.903.001,27	5.696.254,29
Patrimônio de Referência exigido	3.487.096,70	3.840.724,26
Limite do PR (sobra ou insuficiência)	2.415.904,57	1.855.530,03
Índice de Basileia	13,45%	15,57%
Imobilizado para cálculo do limite	535.596,07	466.016,65
Índice de imobilização (limite 50%) - %	9,07%	8,18%

NOTA 24 - ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Cooperativa incluem, portanto, estimativas calculadas referentes ao valor justo de ativos financeiros, seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias para causas judiciais, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Cooperativa faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. A principal estimativa e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo período, é a provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD), a qual é calculada conforme descrito na Nota 3 (g)

NOTA 25 – ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Cooperativa gerencia os riscos e incertezas dos seus negócios com base em diretrizes e regulamentações locais.

O principal objetivo da gestão de riscos é a identificação e monitoramento de ameaças a que os negócios estão sujeitos, principalmente em períodos ou situações desfavoráveis.

Para a administração, gerir riscos é a forma mais eficiente para a manutenção de uma rentabilidade sustentada e positiva.



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 EM REAIS

(a) Risco de crédito

O gerenciamento do risco de crédito da Cooperativa é realizado por uma estrutura cuja atuação visa controlar e prevenir a exposição das operações da Cooperativa aos riscos provenientes do não cumprimento de obrigações contratadas pelo tomador de crédito (inadimplência).

(b) Risco de mercado e risco de liquidez

A estrutura de gerenciamento de riscos de mercado e liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição aos riscos. Também é responsável pelo controle de todo o processo de avaliação das flutuações das condições de mercado e por monitorar o equilíbrio entre pagamentos (passivos) e recebimentos (ativos), através de critérios de cálculo e limites de exposição determinados pelo Sistema Cresol, de forma a garantir a capacidade de pagamento da Cooperativa. Os critérios levam em consideração as diferentes moedas, índices e prazos de liquidação.

Os sistemas, os modelos e os procedimentos são avaliados anualmente por equipes de auditoria interna. Os resultados apresentados nos relatórios de auditoria são utilizados para corrigir, adaptar e promover melhorias no gerenciamento dos riscos de mercado e liquidez.

(c) Risco operacional

O processo de gerenciamento de riscos operacionais consiste na avaliação qualitativa dos riscos, por meio das etapas de identificação, avaliação e tratamento. A estrutura de risco operacional visa proporcionar, além da regularidade com requisitos legais, um alinhamento processual com as diretrizes de controles internos do Sistema Cresol. Essa estrutura coordena e auxilia a gestão das ações de análise, identificação e avaliação de controles e processos, planejando ações corretivas e/ou preventivas para mitigar os riscos.

(d) Risco de capital

O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do Sistema Cresol com objetivo de:

Avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos que as entidades do Sistema Cresol estão sujeitas;

Planejar metas e necessidades de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do Sistema Cresol;

Adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado;



**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
EM REAIS**

Adicionalmente, são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do Sistema Cresol.

Serrinha – BA, 31 de Dezembro de 2018.

Antônio Cláudio O. Santiago
Diretor Presidente
CPF: 397.520.465-68

Antônio José Gonçalves Souza
Diretor Administrativo
CPF: 405.408.205-04

Carina Lima Dias
Contadora - CRC/AL 005764/O
CPF: 036.351.564-00

Ilmos Srs.
Conselheiros, Diretores, Administradores e Cooperados da
Cooperativa de Crédito Rural ASCOOB SISAL

Av. Manoel Novais, 485 - Centro – Serrinha - BA

Opinião:

Examinamos as demonstrações financeiras da **Cooperativa de Crédito Rural ASCOOB SISAL**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações de sobras e perdas e, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos no parágrafo de base de opinião com ressalva, as demonstrações contábeis acima referidas se apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Cooperativa de Crédito Rural ASCOOB SISAL** em 31 de dezembro de 2018 e o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base de opinião com ressalva

1. As atividades de Auditoria Cooperativa realizadas conforme Circular Bacen 3.799/2016, sugeriu diversas recomendações as quais entendemos que devem ser adotadas pela instituição, sob pena de descontinuidade operacional da mesma.

Outros Assuntos

As demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2017, apresentadas para fins de comparabilidade, foram examinadas por outros auditores independentes, emitindo relatório em 11/05/2018, com ressalvas.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, e pelos controles internos, que



ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

1. Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião.

O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

2. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
3. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
4. Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de

nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

5. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
6. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 28 de junho de 2019.

LAURO ÂNGELO CERUTTI
Contador Responsável
CRC/RS nº 24.899 – CNPC nº 5542
Cerutti& Machado Auditores Associados S/S
CRC/RS nº 2.526 – CVM nº4.863



PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito Rural Ascoob Sisal por seus membros abaixo assinados declara que usando das atribuições e prerrogativas que lhes conferem o Estatuto Social e Resoluções desta Cooperativa, através da análise das documentações apreciadas em nossas reuniões e checagem dos movimentos contábeis, comprova que as mesmas refletem a situação patrimonial e financeira da instituição, de acordo com as atividades desenvolvidas compreendido entre 01 de Janeiro de 2018 a 31 de Dezembro de 2018. Neste sentido, este Conselho emite **PARECER FAVORAVEL** pela aprovação das contas referentes ao exercício especificado. Ao tempo, em que encaminha as referidas demonstrações retificadas para apreciação e deliberação por parte da **ASSEMBLEIA GERAL** desta instituição.

Serrinha-Bahia, 18 de julho de 2019.

Gevanilson Jesus do Carmo
Conselheiro Fiscal - Coordenador

Neilton da Silva Miranda
Conselheiro Fiscal Efetivo – Secretário

Maria Vilma da Silva Jesus
Conselheira Fiscal – Efetiva